



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

O Governo da RAEM anunciou medidas de apoio económico para fazer face à epidemia, atribuindo, apenas uma vez, aos trabalhadores locais, beneficiários da devolução do imposto profissional de valor não superior a 20 mil patacas, um apoio de 15 mil patacas para três meses. Porém, depois de conhecer a respectiva regulamentação, sabendo que não estavam contemplados, os trabalhadores locais da construção civil ficaram indignados e pediram a atenção do Governo para o assunto. Face à realidade do sector da construção civil, isto é, a subempregada como prática comum e o excesso de trabalhadores não residentes, nos últimos 5 anos, os postos a tempo inteiro ocupados pelos trabalhadores locais diminuíram 90%, obrigando-os a mudar frequentemente de emprego e a trabalhar a tempo parcial, situação que os afastou do apoio económico. Assim, o Governo deve reavaliar, atempada e cautelosamente, as medidas de apoio financiadas com o erário público, evitando criar conflitos sociais.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. De acordo com os dados estatísticos do Governo, no sector da construção civil, o número de trabalhadores locais a tempo inteiro diminuiu consideravelmente nos últimos 5 anos, que no final de 2015 eram 11 300, resultado da subtracção de 43 500, número de

1/2



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

trabalhadores não residentes, a 54 800, que era o número total de trabalhadores. No final de 2019, subtraímos a 30 500, número total de trabalhadores, 29 400, que é o número de não residentes, portanto, só sobram 1100 trabalhadores locais a tempo inteiro! Assim, os trabalhadores locais têm sido obrigados a mudar frequentemente de emprego e a trabalhar a tempo parcial. Esta situação é muito grave. O Governo concorda com isto?

2. Face à realidade do sector da construção civil, isto é, a subempregada como prática comum nos estaleiros de grande dimensão e o excesso de trabalhadores não residentes, a situação acima referida tornou-se bastante grave. Assim, as regras definidas pelo Governo afastaram os trabalhadores, vítimas desta situação, do apoio económico. Não é verdade?
3. O Governo tem de reavaliar, atempada e cautelosamente, as medidas de apoio económico financiadas com o erário público, evitando criar conflitos sociais. Vai fazê-lo?

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Ng Kuok Cheong**

4 de Maio de 2020

2/2